



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 370/11

Dispõe sobre ação preventiva na área de saneamento básico com a redução do valor máximo permitido (VMP), para trihalometanos (TAM) e a fixação de valor para ácidos haloacéticos (HAA).

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre a ação preventiva na área de saneamento básico com a redução do valor máximo permitido (VMP) para trihalometanos (TAM) e a fixação de valor para ácidos haloacéticos (HAA).

**Art. 2º** Ficam fixados no Estado do Paraná o VMP para trihalometanos em 0,08 miligramas por litro (mg/L) e o VMP de 0,06 miligramas por litro (mg/L) para ácidos haloacéticos para todos os serviços de saneamento básico.

**Parágrafo único.** A inobservância do disposto no *caput* deste artigo implica em imediata comunicação ao Ministério Público Estadual para as ações cabíveis.

**Art. 3º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei.



**Art. 4º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento do Estado.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 09 de julho de 2012.

  
Alexandre Curi  
Presidente

  
Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 948/11

Declara de Utilidade Pública a Associação das  
Senhoras de Rotarianos de Santa Fé - ASR, com  
sede e foro no Município de Santa Fé.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a  
Associação das Senhoras de Rotarianos de Santa Fé - ASR,  
com sede e foro no Município de Santa Fé.


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua  
publicação.

Sala das Comissões, 09 de julho de 2012.

  
Alexandre Curi  
Presidente



  
Relator





# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI Nº 318/12

**SÚMULA:** Altera O Código de Organização e Divisão Judiciárias – Lei Estadual nº. 14.277, de 30 de dezembro de 2003, no que trata da Justiça Militar Estadual, adequando-o ao art. 125, parágrafos 4º e 5º da Constituição Federal e ao art. 108, parágrafos 2º e 3º da Constituição Estadual, e adota outras providências.

**Art. 1º.** Ficam alterados os arts. 42, 43, 44, 45, 46 e 47 constantes no Capítulo I do Título IV da Lei Estadual nº. 14.277, de 30 de dezembro de 2003, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, que passam a vigorar com a seguinte redação:

## *Título IV*

### **DA JUSTIÇA MILITAR**

#### *Capítulo I*

#### **COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO**

**Art. 42.** A Justiça Militar Estadual será exercida:

*I – pelo Juiz de Direito da Vara da Justiça Militar e pelos Conselhos de Justiça previstos na legislação militar, com jurisdição em primeiro grau em todo o Estado;*

*II – pelo Tribunal de Justiça, em segundo grau de jurisdição.*

**Art. 43.** A titularidade da Vara da Justiça Militar será exercida por Juiz de Direito de entrância final.

**Art. 44.** A Justiça Militar Estadual, em primeiro grau de jurisdição, terá uma secretaria cível e uma secretaria criminal.

*I – a Secretaria Cível compor-se-á de um Diretor de Secretaria e Técnicos Judiciários em número suficiente para o bom desempenho dos trabalhos da serventia.*

*II – a Secretaria Criminal compor-se-á de um Diretor de Secretaria e Auxiliares em número suficiente para o bom desempenho dos trabalhos da serventia.*



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



**Parágrafo único.** O Juiz de Direito titular da Vara de Justiça Militar requisitará da corporação um Oficial Subalterno ou Intermediário para a função de Diretor da Secretaria Criminal e praças para atuarem como seus auxiliares, excepcionando-se a regra contida no § 1º do art. 5º da Lei 16.023/2008.

**Art. 45.** Na composição do Conselho de Justiça, observar-se-á, no que for aplicável, o disposto na legislação da Justiça Militar.

**Art. 46.** Em seus eventuais impedimentos ou ausências, o Juiz da Justiça Militar será substituído por Juiz de Direito Substituto designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

**Art. 47.** Compete à Justiça Militar processar e julgar os militares do Estado, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do Tribunal do Júri quando a vítima for civil."

**Art. 2º** Os militares estaduais requisitados para atuação na secretaria criminal da Justiça Militar Estadual e na Assessoria Militar da Presidência do Tribunal de Justiça perceberão gratificação de desempenho, não incorporável, paga pelo Tribunal de Justiça do Paraná, correspondente aos valores fixados no Anexo I desta Lei.

**Art. 3º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## ANEXO I ASSESSORIA MILITAR

FUNÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	
ASSESSOR MILITAR	2	R\$ 3.000,00	
AJUDANTE DE ORDEM	8	R\$ 2.200,00	
PRAÇA	32	SARGENTO	R\$ 1.200,00
		CABO	R\$ 1.000,00
		SOLDADO	R\$ 900,00



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



## JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, originado pelo protocolado de nº 181.012/2009-TJPR, tem por objetivo a alteração da Lei Estadual nº 14.277, no que trata da Justiça Militar Estadual, adequando-o ao art. 125, parágrafos 4º e 5º da Constituição Federal e ao art. 108, parágrafos 2º e 3º da Constituição Estadual.

O Poder Judiciário Brasileiro, como guardião dos direitos e garantias fundamentais do cidadão, através de seus órgãos, além de fazer o controle da constitucionalidade, exerce a função jurisdicional, tendo por finalidade a composição dos conflitos de interesses em cada caso concreto embasado na legislação, dentro do Estado Democrático de Direito.

Assim, a estrutura do Poder Judiciário vem sendo tratada nas Constituições Federais, sendo que desde 1934 reconhece os Juizes e Tribunais Militares como órgãos jurisdicionais, e não como Tribunal de Exceção.

A Constituição Federal de 1988, com o advento da Emenda Constitucional nº 45 de 08 de dezembro de 2004, (a chamada "Reforma do Poder Judiciário"), sofreu alteração na redação dos parágrafos 3º, 4º do art. 125, com a inclusão do parágrafo 5º no mesmo artigo. Assim, a organização, competência e procedimentos afetos à Justiça Militar Estadual sofreu modificações, inovando no âmbito de suas atribuições, passando a ter ela a função de julgar as ações contra atos disciplinares militares.

Em primeiro grau de jurisdição o ex-Juiz Auditor ou Juiz de Direito da Vara da Auditoria da Justiça Militar Estadual passou a ser denominado Juiz de Direito do Juízo Militar, juntamente com o colegiado, Conselho de Justiça, do qual passou a ser o Presidente, decaindo dessa função o Oficial Militar, conforme estabelecia a legislação infraconstitucional.

Atualmente a Justiça Militar tem a seguinte competência:

- a) Inovou, ficando reservado ao Juiz de Direito do Juízo Militar, decidir singulamente os crimes militares praticados contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares;
- b) Os crimes dolosos, tentados ou consumados, contra a vida de civil, praticados por militares, tiveram seus processamentos e julgamentos pela Justiça Comum (Tribunal do Júri), havendo um deslocamento de competência da esfera da Justiça Militar;
- c) A Justiça Militar Estadual teve dilatada sua competência para processar e julgar as ações judiciais contra atos disciplinares de militares (policial militar e bombeiro militar).





## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Todavia, a Lei Estadual nº 14.277/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, não prevê a competência da Justiça Militar Estadual para conhecer e julgar matéria civil decorrente de atos disciplinares, se limitando a prever o julgamento de crimes militares previstos no Código Penal Militar, que em seu art. 9º define quais são os crimes militares em tempo de paz e em tempo de guerra que devem ser julgados pela Justiça Militar (Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969).

Assim, ao incluir a possibilidade de julgamento das ações judiciais contra atos disciplinares militares, alterou-se a competência jurisdicional da Justiça Militar Estadual, que passa a processar e julgar as matérias de natureza civil e administrativa.

Com a redação atribuída pela citada emenda Constitucional ao § 4º do art. 125 da CF/88 passou-se a estabelecer expressamente a competência do Tribunal do Júri da Justiça Comum para processar e julgar os militares estaduais acusados da prática de crimes dolosos contra a vida que tenham como vítima os civis.

Dai a necessidade de se adequar a Lei Estadual Lei às normas da legislação vigente, por força das alterações dos parágrafos 3º, 4º e inserção do parágrafo 5º do art. 125 da CF/88, promovidos pela EC nº 45/2004.

Desta forma, e de acordo com a nova redação atribuída ao art. 44 da Lei 14.277/2003, a Justiça Militar Estadual, em primeiro grau de jurisdição, terá uma secretaria civil e uma secretaria criminal, composta por servidores suficientes para o bom desempenho dos trabalhos da serventia, cuja competência, definida pela nova redação atribuída ao art. 47 da citada lei, é a de processar e julgar os militares do Estado, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do Tribunal do Júri quando a vítima for civil.

A proposta prevê, ainda, a regulamentação da concessão de gratificações aos Militares que prestam serviços na Justiça Militar Estadual de 1º Grau, bem como daqueles que desempenham funções junto à Assessoria Militar da Presidência do Tribunal de Justiça.

A proposta, elaborada nos moldes do Decreto Legislativo nº 001/2011 da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, nomina a vantagem como "Gratificação de Desempenho", não incorporável, cujo pagamento competirá ao Tribunal de Justiça do Paraná, em número e valores previamente estabelecido.

A proposta de alteração do Código de Organização e Divisão Judiciárias - Lei 14.277/2004 - foi aprovada pela douta Comissão de Organização e Divisões Judiciárias, reunidas em Sessão Ordinária do dia 30 de agosto de 2010, e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em sessão realizada no dia 25 de junho de 2012.

Os custos da presente proposta serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, num total aproximado de R\$ 203.000,00 (duzentos e três mil) para 2012, R\$ 382.000,00 (trezentos e sessenta e dois mil) para 2013 e R\$ 384.000,00 (trezentos e oitenta e quatro mil) para 2014.



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 1º Quadrimestre de 2012, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se, em anexo, a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento de despesas decorrente do presente projeto tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.



**DECLARAÇÃO**

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, Inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que altera o Código de Organização e Divisão Judiciárias – Lei Estadual nº. 14.277, de 30 de dezembro de 2003, no que trata da Justiça Militar Estadual, adequando-o ao art. 125, parágrafos 4º e 5º da Constituição Federal e ao art. 108, parágrafos 2º e 3º da Constituição Estadual, e adota outras providências, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 28 de junho de 2012.



**MIGUEL KFOURI NETO**  
Presidente do Tribunal de Justiça



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 28 de junho de 2012.  
Of. nº 858/2012-GP

I- Protocolo-se  
II- À DAP p/ retorno no expediente.  
III- À Procuradoria Geral.  
Em 02/06/2012  
Presidente

A sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual VALDIR LUIZ ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital



Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que altera o Código de Organização e Divisão Judiciárias – Lei Estadual nº. 14.277, de 30 de dezembro de 2003, no que trata da Justiça Militar Estadual, adequando-o ao art. 125, parágrafos 4º e 5º da Constituição Federal e ao art. 108, parágrafos 2º e 3º da Constituição Estadual, e adota outras providências.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

MIGUEL KFOURI NETO  
Presidente do Tribunal de Justiça

14132 02/07/2012 09:46:09 MP ASSUNTO LEGISLATIVO DO PARANÁ



Lei 14277 - 30 de Dezembro de 2003

Publicado no ACESSAR DIÁRIO Oficial nº. 6636 de 30 de Dezembro de 2003

(vide Lei 7297 de 08/01/1980) (vide Lei 16010 de 05/12/2008) (vide Lei 16026 de 19/12/2008)  
 (vide Lei 16027 de 19/12/2008) (vide Lei 16029 de 19/12/2008) (vide Lei 16080 de 17/04/2009)  
 (vide Lei 16106 de 18/05/2009) (vide ADIN 3517-7) (vide ADIN 3264-0) (vide ADIN 4243-2)  
 (vide Lei 16743 de 29/12/2010) (vide Lei 16834 de 28/06/2011) (vide Lei 16834 de 28/06/2011)  
 (vide Lei 16887 de 26/07/2011) (vide Lei 16797 de 25/04/2011) (vide Lei 16797 de 25/04/2011)  
 (vide Lei 16797 de 25/04/2011) (vide Lei 16797 de 25/04/2011) (vide Lei 16797 de 25/04/2011)  
 (vide Lei 16961 de 05/12/2011) (vide Lei 16961 de 05/12/2011) (vide Lei 16962 de 05/12/2011)  
 (vide Lei 16962 de 05/12/2011) (vide Lei 16963 de 05/12/2011) (vide Lei 16963 de 05/12/2011)  
 (vide Lei 16964 de 05/12/2011) (vide Lei 16964 de 05/12/2011) (vide Lei 17003 de 14/12/2011)  
 (vide Lei 17047 de 17/01/2012) (vide Lei 17047 de 17/01/2012) (vide Lei 17047 de 17/01/2012)  
 (vide Lei 17047 de 17/01/2012) (vide Lei 17047 de 17/01/2012) (vide Lei 17065 de 23/01/2012)  
 (vide Lei 17065 de 23/01/2012) (vide Lei 17065 de 23/01/2012) (vide Lei 17067 de 23/01/2012)  
 (vide Lei 17064 de 23/01/2012) (vide Lei 17065 de 23/01/2012) (vide Lei 17065 de 23/01/2012)  
 (vide Lei 17065 de 23/01/2012) (vide Lei 17066 de 23/01/2012) (vide Lei 17067 de 23/01/2012)  
 (vide Lei 17067 de 23/01/2012) (vide Lei 17111 de 17/04/2012) (vide Lei 17111 de 17/04/2012)  
 (vide Lei 17136 de 02/05/2012) (vide Lei 17136 de 02/05/2012) (vide Lei 17137 de 02/05/2012)  
 (vide Lei 17137 de 02/05/2012)

Súmulas Dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

## **CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ**

### **DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

**Art. 1º.** Este Código dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e disciplina a constituição, a estrutura, as atribuições e a competência dos tribunais, juízes e serviços auxiliares, observados os princípios constitucionais que os regem.

**Art. 1º.** Este Código dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e disciplina a constituição, a estrutura, as atribuições e a competência do Tribunal de Justiça, dos Juízes e Serviços Auxiliares, observados os princípios constitucionais que os regem.  
 (Redação dada pela Lei 14925 de 24/11/2005)

**§ 1º.** São regentes do presente código, dentre outros os seguintes princípios constitucionais:

**I - legalidade;**

**II - impessoalidade;**

**III - moralidade;**

**IV - publicidade;**

**V - eficiência.**

**§ 2º.** Além dos princípios referidos no parágrafo anterior, também se aplicam à presente lei, os seguintes:

**I - probidade;**

**II - motivação;**



**TÍTULO IV**  
**CONSELHO DE JUSTIÇA E AUDITORIA DA JUSTIÇA MILITAR**  
**CAPÍTULO I**  
**COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO**

**Art. 42.** A Justiça Militar será exercida:

I - pelo Conselho de Justiça Militar e pelo Juiz de Direito da Vara da Auditoria da Justiça Militar, com jurisdição em todo o Estado;

II - pelo Tribunal de Justiça, em segundo grau de jurisdição.

**Art. 43.** O Juízo da Vara da Auditoria da Justiça Militar será exercido por Juiz de Direito de entrância final.

**Art. 44.** A Auditoria da Justiça Militar compor-se-á de um Juiz de Direito, um escrivão e um Oficial de Justiça.

**Parágrafo único.** Para os cargos de escrivão e de Oficial de Justiça, o Juiz Auditor requisitará um oficial subalterno e um praça da corporação, respectivamente.

**Art. 45.** Na composição do Conselho de Justiça Militar, observar-se-á, no que for aplicável, o disposto na legislação da Justiça Militar.

**Art. 46.** Em seus eventuais impedimentos ou ausências, o Juiz da Vara da Auditoria da Justiça Militar será substituído por Juiz de Direito Substituto designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

**CAPÍTULO II**  
**COMPETÊNCIA**

**Art. 47.** Compete à Justiça Militar de primeiro grau o processo e julgamento dos crimes militares praticados por oficiais e praças da Polícia Militar do Estado, bem como de outros assim definidos em lei, regulando-se sua competência pelas normas legais pertinentes.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 09 de julho de 2012.  
Of. nº 910/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente  
II - À DL para providências.  
Em 09/07/2012

Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual VALDIR LUIZ ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 09 JUL. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente:

Por meio do Ofício nº 858/12-GP, datado de 28 de junho de 2012, encaminhei à apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa o Anteprojeto de Lei que altera o Código de Organização e Divisão Judiciárias - Lei Estadual nº. 14.277, de 30 de dezembro de 2003, no que trata da Justiça Militar Estadual, adequando-o ao art. 125, parágrafos 4º e 5º da Constituição Federal e ao art. 108, parágrafos 2º e 3º da Constituição Estadual, e adota outras providências.

A proposição deu origem ao Projeto de Lei nº 318/2012, que se encontra em tramitação nessa colenda Casa de Leis.

No entanto, considerando a necessidade de adaptação do texto do aludido Projeto de Lei ao que dispõe a Lei Estadual nº 17.172, de 24 de maio de 2012, formulei o presente para encaminhar a Vossa Excelência Mensagem contendo uma Proposta Substitutiva ao Projeto de Lei nº 318/2012, no sentido de alterar a redação conferida ao artigo 2º da proposição, com a alteração do Anexo I e inclusão do Anexo II.

As razões desta proposição substitutiva estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

  
MIGUEL KFOURI NETO  
Presidente do Tribunal de Justiça

1411 09/07/2012 09:42:53 OF. 910/2012-GP RECEBIDA LEGISLATIVA NO PARECER





# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



## JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, originado pelo protocolado de nº 181.012/2009-TJPR, tem por objetivo a alteração da Lei Estadual nº 14.277, no que trata da Justiça Militar Estadual, adequando-o ao art. 125, parágrafos 4º e 5º da Constituição Federal e ao art. 108, parágrafos 2º e 3º da Constituição Estadual.

O Poder Judiciário Brasileiro, como guardião dos direitos e garantias fundamentais do cidadão, através de seus órgãos, além de fazer o controle de constitucionalidade, exerce a função jurisdicional, tendo por finalidade a composição dos conflitos de interesses em cada caso concreto embasado na legislação, dentro do Estado Democrático de Direito.

Assim, a estrutura do Poder Judiciário vem sendo tratada nas Constituições Federais, sendo que desde 1934 reconhece os Juizes e Tribunais Militares como órgãos jurisdicionais, e não como Tribunal de Exceção.

A Constituição Federal de 1988, com o advento da Emenda Constitucional nº 45 de 08 de dezembro de 2004, (a chamada "Reforma do Poder Judiciário"), sofreu alteração na redação dos parágrafos 3º, 4º do art. 125, com a inclusão do parágrafo 5º no mesmo artigo. Assim, a organização, competência e procedimentos afetos à Justiça Militar Estadual sofreu modificações, inovando no âmbito de suas atribuições, passando a ter ela a função de julgar as ações contra atos disciplinares militares.

Em primeiro grau de jurisdição o ex-Juiz Auditor ou Juiz de Direito da Vara da Auditoria da Justiça Militar Estadual passou a ser denominado Juiz de Direito do Juízo Militar, juntamente com o colegiado, Conselho de Justiça, do qual passou a ser o Presidente, decaindo dessa função o Oficial Militar, conforme estabelecia a legislação infraconstitucional.

Atualmente a Justiça Militar tem a seguinte competência:

- a) Inovou, ficando reservado ao Juiz de Direito do Juízo Militar, decidir singulamente os crimes militares praticados contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares;
- b) Os crimes dolosos, tentados ou consumados, contra a vida de civil, praticados por militares, tiveram seus processamentos e julgamentos pela Justiça Comum (Tribunal do Júri), havendo um deslocamento de competência da esfera da Justiça Militar;
- c) A Justiça Militar Estadual teve dilatada sua competência para processar e julgar as ações judiciais contra atos disciplinares de militares (policial militar e bombeiro militar).





## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Todavia, a Lei Estadual nº 14.277/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, não prevê a competência da Justiça Militar Estadual para conhecer e julgar matéria cível decorrente de atos disciplinares, se limitando a prever o julgamento de crimes militares previstos no Código Penal Militar, que em seu art. 8º define quais são os crimes militares em tempo de paz e em tempo de guerra que devem ser julgados pela Justiça Militar (Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969).

Assim, ao incluir a possibilidade de julgamento das ações judiciais contra atos disciplinares militares, alterou-se a competência jurisdicional da Justiça Militar Estadual, que passa a processar e julgar as matérias de natureza civil e administrativa.

Com a redação atribuída pela citada emenda Constitucional ao § 4º do art. 125 da CF/88 passou-se a estabelecer expressamente a competência do Tribunal do Júri da Justiça Comum para processar e julgar os militares estaduais acusados da prática de crimes dolosos contra a vida que tenham como vítima os civis.

Dai a necessidade de se adequar a Lei Estadual Lei às normas da legislação vigente, por força das alterações dos parágrafos 3º, 4º e inserção do parágrafo 5º do art. 125 da CF/88, promovidos pela EC nº 45/2004.

Desta forma, e de acordo com a nova redação atribuída ao art. 44 da Lei 14.277/2003, a Justiça Militar Estadual, em primeiro grau de jurisdição, terá uma secretaria cível e uma secretaria criminal, composta por servidores suficientes para o bom desempenho dos trabalhos da serventia, cuja competência, definida pela nova redação atribuída ao art. 47 da citada lei, é a de processar e julgar os militares do Estado, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do Tribunal do Júri quando a vítima for civil.

O projeto prevê, ainda, a regulamentação da Função Privativa-Policial – FPP, no âmbito do Poder Judiciário.

A proposta, elaborada nos moldes da Lei Estadual nº 17.172, de 24 de maio de 2012, regulamenta a concessão da referida gratificação no âmbito do Poder Judiciário, distribuídas conforme a estrutura organizacional da Assessoria Militar da Presidência do Tribunal de Justiça e da Justiça Militar Estadual de 1º Grau.

No anexo I e II foram discriminadas e nominadas cada uma das funções Privativa-Policiais, em número e valor previamente estabelecido, que será concedida por ato do Presidente do Tribunal de Justiça, a quem caberá, ainda, regulamentar os casos omissos, no âmbito de sua competência.

A proposta de alteração do Código de Organização e Divisão Judiciárias – Lei 14.277/2004 - foi aprovada pela douta Comissão de Organização e Divisões Judiciárias, reunidas em Sessão Ordinária do dia 30 de agosto de 2010, e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em sessão realizada no dia 25 de junho de 2012.

X



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Os custos da presente proposta serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, num total aproximado de R\$ 203.000,00 (duzentos e três mil) para 2012, R\$ 362.000,00 (trezentos e sessenta e dois mil) para 2013 e R\$ 384.000,00 (trezentos e oitenta e quatro mil) para 2014.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 1º Quadrimestre de 2012, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se, em anexo, a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento de despesas decorrente do presente projeto tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual - PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

X

**DECLARAÇÃO**

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, Inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que altera o Código de Organização e Divisão Judiciárias – Lei Estadual nº. 14.277, de 30 de dezembro de 2003, no que trata da Justiça Militar Estadual, adequando-o ao art. 125, parágrafos 4º e 5º da Constituição Federal e ao art. 108, parágrafos 2º e 3º da Constituição Estadual, e adota outras providências, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 09 de julho de 2012.



**MIGUEL KFOURI NETO**  
Presidente do Tribunal de Justiça



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



## ~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI

**SÚMULA:** Altera O Código de Organização e Divisão Judiciárias - Lei Estadual nº. 14.277, de 30 de dezembro de 2003, no que trata da Justiça Militar Estadual, adequando-o ao art. 125, parágrafos 4º e 5º da Constituição Federal e ao art. 108, parágrafos 2º e 3º da Constituição Estadual, e adota outras providências.

Art. 1º. Ficam alterados os arts. 42, 43, 44, 45, 46 e 47 constantes no Capítulo I do Título IV da Lei Estadual nº. 14.277, de 30 de dezembro de 2003, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, que passam a vigorar com a seguinte redação:

### *Título IV*

### **DA JUSTIÇA MILITAR**

#### *Capítulo I*

#### **COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO**

**Art. 42.** A Justiça Militar Estadual será exercida:

*I – pelo Juiz de Direito da Vara da Justiça Militar e pelos Conselhos de Justiça previstos na legislação militar, com jurisdição em primeiro grau em todo o Estado;*

*II – pelo Tribunal de Justiça, em segundo grau de jurisdição.*

**Art. 43.** A titularidade da Vara da Justiça Militar será exercida por Juiz de Direito de entrância final.

**Art. 44.** A Justiça Militar Estadual, em primeiro grau de jurisdição, terá uma secretaria cível e uma secretaria criminal.

*I – a Secretaria Cível compor-se-á de um Diretor de Secretaria e Técnicos Judiciários em número suficiente para o bom desempenho dos trabalhos da serventia.*

*II – a Secretaria Criminal compor-se-á de um Diretor de Secretaria e Auxiliares em número suficiente para o bom desempenho dos trabalhos da serventia.*



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



**Parágrafo único.** O Juiz de Direito titular da Vara da Justiça Militar requisitará da corporação um Oficial Subalterno ou Intermediário para a função de Diretor da Secretaria Criminal e peças para atuarem como seus auxiliares, excepcionando-se a regra contida no § 1º do art. 5º da Lei 16.023/2008.

**Art. 45.** Na composição do Conselho de Justiça, observar-se-á, no que for aplicável, o disposto na legislação da Justiça Militar.

**Art. 46.** Em seus eventuais impedimentos ou ausências, o Juiz da Justiça Militar será substituído por Juiz de Direito Substituto designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

**Art. 47.** Compete à Justiça Militar processar e julgar os militares do Estado, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do Tribunal do Júri quando a vítima for civil.

**Art. 2º** A Função Privativa-Policial – FPP, criada pela Lei Estadual nº 17.172, de 24 de maio de 2012, poderá ser atribuída aos Policiais Militares cedidos para atuação perante a Assessoria Militar da Presidência do Tribunal de Justiça e Justiça Militar Estadual.

**§ 1.º** O valor da verba transitória atribuída e o número de funções Privativa-Policiais existentes na estrutura organizacional da Assessoria Militar da Presidência do Tribunal de Justiça e da Justiça Militar Estadual são relacionados nos Anexos I e II desta Lei.

**§ 2.º** A Função Privativa-Policial será concedida aos Policiais Militares cedidos ao Poder Judiciário, mediante ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

**§ 3.º** O regime jurídico da Função Privativa-Policial é o previsto na Lei Estadual nº 17.172, de 24 de maio de 2012, sendo facultado ao Presidente do Tribunal de Justiça regulamentar os casos omissos, no âmbito de sua competência.

**Art. 3º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



## ANEXO I

### QUADRO DEMONSTRATIVO DA FUNÇÃO PRIVATIVA-POLICIAL NA ASSESSORIA MILITAR DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E JUSTIÇA MILITAR

SIMBOLOGIA	FUNÇÃO	VERBA TRANSITÓRIA (R\$)
FPPJ 1	CHEFE DA ASSESSORIA MILITAR	3.500,00
FPPJ 2	SUBCHEFE DA ASSESSORIA MILITAR	3.000,00
FPPJ 3	COORDENADOR DE SEGURANÇA DA ASSESSORIA MILITAR	2.500,00
FPPJ 4	AGENTE OPERACIONAL I	1.750,00
FPPJ 5	AGENTE OPERACIONAL II	1.250,00
FPPJ 6	AGENTE OPERACIONAL III	1.000,00

## ANEXO II

### QUANTIDADE DE FUNÇÕES PRIVATIVAS POLICIAL DA ASSESSORIA MILITAR DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E JUSTIÇA MILITAR

SIMBOLOGIA	FUNÇÃO	ATRIBUIÇÃO	QUANTIDADE
FPPJ 1	CHEFE DA ASSESSORIA MILITAR	DIREÇÃO SUPERIOR	1
FPPJ 2	SUBCHEFE DA ASSESSORIA MILITAR	ASSESSORAMENTO	1
FPPJ 3	COORDENADOR DE SEGURANÇA DA ASSESSORIA MILITAR	COORDENAÇÃO	6
FPPJ 4	AGENTE OPERACIONAL I	EXECUÇÃO	8
FPPJ 5	AGENTE OPERACIONAL II	EXECUÇÃO	8
FPPJ 6	AGENTE OPERACIONAL III	EXECUÇÃO	20





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 318/12**

**Projeto de Lei nº. 318/12**

**Autor da Emenda: Tribunal de Justiça do Paraná.**

**Súmula:** Altera o Código de Organização e Divisão Judiciárias – Lei Estadual nº 14.277, de 30/12/03, no que trata da Justiça Militar Estadual, adequando-o ao art. 125, parágrafos 4º e 5º da Constituição Federal e ao art. 108, parágrafos 2º e 3º da Constituição Estadual, e adota outras providências.

**EMENTA:** EMENDA SUBSTITUTIVA. ALTERA O CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS – LEI ESTADUAL Nº 14.277/03, NO QUE TRATA DA JUSTIÇA MILITAR, ADEQUANDO-O AO ART. 125, PARÁGRAFOS 4º E 5º DA CF E AO ART. 108, §§2º E 3º DA C.E., E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 141 DO REGIMENTO INTERNO. ART. 96 DA CF. ART. 65 E 101 DA CE. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa alterar a Lei n.º. 14.277, de 30 de dezembro de 2003, no que diz respeito a Justiça Militar Estadual, adequando ao art. 125 da Constituição Federal, o qual recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 03 de Julho de 2012, voto exarado pelo Relator Deputado Cesar Silvestri Filho.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

parecer das comissões, que é o caso em tela, haja vista a proposição encontrar-se nesta Comissão de Constituição e Justiça, senão vejamos:

**Art. 141** As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

**§ 3º** O Governador do Estado, o Presidente do Tribunal de Justiça e o Procurador Geral da Justiça poderão propor alterações aos projetos de sua iniciativa, enquanto estiver a matéria na dependência do parecer das comissões. (Grifos Nossos).

Ademais, temos a competência exclusiva dos Tribunais a autonomia administrativa e financeira, conforme preceitua o artigo 99, da nossa Carta Magna, senão vejamos:

**Art. 99.** Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

**Art. 65.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciárias, bem como da alteração judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

**Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:**

**I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:**

**d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;**  
(Grifos Nossos).

**e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários;**

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que a proposta de emenda substitutiva ao Projeto de Lei n.º. 318/2012 não viola a Lei Complementar Federal n.º. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto inicial, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor a presente emenda substitutiva.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Substitutiva, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2012.

DEPUTADO CAITO QUINTANA  
PRESIDENTE

DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JR  
RELATOR

**APROVADO**

unanimidade 10/07/12



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**

**PARECER A EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 318/12**

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça, que objetiva alterar o Código de Organização e Divisão Judiciárias – Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, no que trata da Justiça Militar Estadual, adequando-o ao art. 125, parágrafos 4º e 5º da Constituição Federal e ao art. 108, parágrafos 2º e 3º da Constituição Estadual, e adota outras providências.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrado que possa obstar anormal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento próprio do Poder Judiciário.

Observe-se ainda, que a proposta vem acompanhada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011-LOA, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Em relação ao impacto financeiro e orçamentário o autor informa que os custos da presente proposta serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, num total aproximado de R\$203.000,00 (duzentos e três mil reais), para 2012, R\$362.000,00






ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

(trezentos e sessenta e dois mil reais) para 2013 e R\$384.000,00  
(trezentos e oitenta e quatro mil reais) para 2014.

Desta forma, nada encontramos que possa impedir a sua  
normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando  
assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 10/07/12

  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ELCIO RUTSCH  
RELATOR

  
7/10/12



PROJETO DE LEI Nº 319/12

**EMENTA:** Transfere o Município de Jataizinho da Comarca de Uraí, de entrância inicial, para o Foro Regional de Ibiporã, da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, de entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, e adota outras providências

Art. 1º Fica o Município de Jataizinho, juntamente com seu Distrito Judiciário de Frei Timóteo, transferidos da Comarca de Uraí, de entrância inicial, para o Foro Regional de Ibiporã, Comarca da Região Metropolitana de Londrina, de entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Art. 2º Fica alterado o art. 288 da Lei Estadual nº 14.277/2003, que passa a vigorar acrescido do inciso XI, com a seguinte redação:

*\*Art. 288. Ficam transferidos os seguintes Distritos Judiciários:*

*(...)*

*XI - Jataizinho, juntamente com seu Distrito Judiciário de Frei Timóteo, da Comarca de Uraí, de entrância inicial, para o Foro Regional de Ibiporã, da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, de entrância final."*

Art. 3º Ficam alterados os Anexos III, Tabelas 1 e 2, e IV da Lei referida no artigo 1º.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.







**JUSTIFICATIVA**


O presente Anteprojeto de Lei originado pelo protocolo sob nº 276.554/2009, tem por finalidade transferir o Município de Jataizinho, juntamente com seu Distrito Judiciário de Frei Timóteo, da Comarca de Uraí, de entrância inicial, para o Foro Regional de Ibiporã, da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, de entrância final, visando a melhor distribuição da estrutura organizacional do Poder Judiciário no Estado do Paraná, de forma a melhor atender a região ora contemplada.

Com a alteração proposta, pretende-se a realocação do referido Município, que deixará de pertencer à Comarca de Uraí e passará à jurisdição do Foro Regional de Ibiporã. Isso facilitará sobremaneira o acesso da população à justiça, já que a transferência do Município de Jataizinho para a Comarca de Ibiporã, distante apenas 12 Km, significa uma expressiva diminuição no trajeto atualmente percorrido (30 Km), e que passará a ser feito por rodovia pavimentada, duplicada e sem pedágio.

Ademais, com a alteração proposta, está se transferindo um município de uma Comarca de entrância inicial, Comarca de Uraí, para um Foro Regional, de entrância final, dotado de maior estrutura para o atendimento do jurisdicionado.

Portanto, flagrante a facilitação de acesso aos jurisdicionados do Município de Jataizinho, posto que mais próximo do Município de Ibiporã quando comparada a distância que possui em relação ao Município de Uraí.

A transferência do Município de Jataizinho da Comarca de Uraí, de entrância inicial, para o Foro Regional de Ibiporã, da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, de entrância final, foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias no dia 04 de junho de 2012, e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada em 11 de junho de 2012.





# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Outrossim, os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei, deverão ser publicados juntamente com o texto final, vez que é parte integrante da mesma.

Em razão da aludida transferência não implicar em aumento de despesas, deixamos de apresentar a Declaração do Ordenador da Despesa.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 02 de julho de 2012.  
Of. nº 880/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em 02/07/2012

Presidente

A sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual VALDIR LUIZ ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital



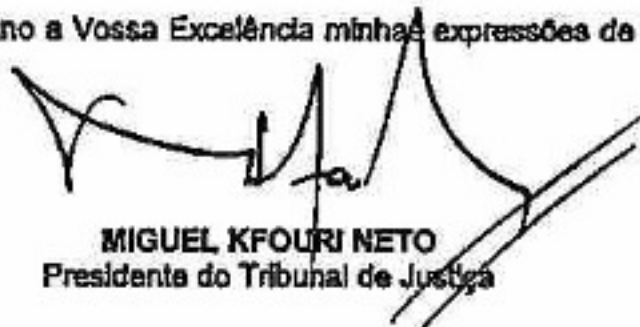
Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o Incluso Anteprojeto de Lei que propõe a transferência do Município de Jataizinho, juntamente com seu Distrito Judiciário de Frei Timóteo, da Comarca de Uraí, de entrância inicial, para o Foro Regional de Ibioporã, da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, de entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da alteração acima referida não implicar em aumento de despesas.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

  
MIGUEL KFOURI NETO  
Presidente do Tribunal de Justiça

14133 02/07/2012 09:40:57 DP ASSMELIA LEGISLATIVA DO PARANÁ





Lei 14277 - 30 de Dezembro de 2003

Publicado no Acessar Diário Oficial nº. 6636 de 30 de Dezembro de 2003

(vide Lei 7297 de 08/01/1980) (vide Lei 16010 de 05/12/2008) (vide Lei 16026 de 19/12/2008)  
 (vide Lei 16027 de 19/12/2008) (vide Lei 16029 de 19/12/2008) (vide Lei 16080 de 17/04/2009)  
 (vide Lei 16106 de 18/05/2009) (vide ADIN 3517-7) (vide ADIN 3264-0) (vide ADIN 4243-2)  
 (vide Lei 16743 de 29/12/2010) (vide Lei 16834 de 28/06/2011) (vide Lei 16834 de 28/06/2011)  
 (vide Lei 16857 de 25/07/2011) (vide Lei 16797 de 25/04/2011) (vide Lei 16797 de 25/04/2011)  
 (vide Lei 16797 de 25/04/2011) (vide Lei 16797 de 25/04/2011) (vide Lei 16797 de 25/04/2011)  
 (vide Lei 16961 de 05/12/2011) (vide Lei 16961 de 05/12/2011) (vide Lei 16962 de 05/12/2011)  
 (vide Lei 16962 de 05/12/2011) (vide Lei 16963 de 05/12/2011) (vide Lei 16963 de 05/12/2011)  
 (vide Lei 16964 de 05/12/2011) (vide Lei 16964 de 05/12/2011) (vide Lei 17003 de 14/12/2011)  
 (vide Lei 17047 de 17/01/2012) (vide Lei 17047 de 17/01/2012) (vide Lei 17047 de 17/01/2012)  
 (vide Lei 17047 de 17/01/2012) (vide Lei 17047 de 17/01/2012) (vide Lei 17065 de 23/01/2012)  
 (vide Lei 17066 de 23/01/2012) (vide Lei 17066 de 23/01/2012) (vide Lei 17067 de 23/01/2012)  
 (vide Lei 17064 de 23/01/2012) (vide Lei 17065 de 23/01/2012) (vide Lei 17065 de 23/01/2012)  
 (vide Lei 17066 de 23/01/2012) (vide Lei 17066 de 23/01/2012) (vide Lei 17067 de 23/01/2012)  
 (vide Lei 17067 de 23/01/2012) (vide Lei 17111 de 17/04/2012) (vide Lei 17111 de 17/04/2012)  
 (vide Lei 17136 de 02/05/2012) (vide Lei 17136 de 02/05/2012) (vide Lei 17137 de 02/05/2012)  
 (vide Lei 17137 de 02/05/2012)

**Súmula:** Dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

## **CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ**

### **DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

**Art. 1º.** Este Código dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e disciplina a constituição, a estrutura, as atribuições e a competência dos tribunais, Juízes e serviços auxiliares, observados os princípios constitucionais que os regem.

**Art. 1º.** Este Código dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e disciplina a constituição, a estrutura, as atribuições e a competência do Tribunal de Justiça, dos Juízes e Serviços Auxiliares, observados os princípios constitucionais que os regem.  
 (Redação dada pela Lei 14925 de 24/11/2005)

**§ 1º.** São regentes do presente código, dentre outros os seguintes princípios constitucionais:

- I - legalidade;
- II - impessoalidade;
- III - moralidade;
- IV - publicidade;
- V - eficiência.

**§ 2º.** Além dos princípios referidos no parágrafo anterior, também se aplicam à presente lei, os seguintes:

- I - probidade;
- II - motivação;



Art. 288. Ficam transferidos os seguintes Distritos Judiciários:

I - Antonio Olinto - da Comarca da Lapa para a Comarca de São Mateus do Sul;

II - Vão Alta, Ivaté e Herculândia - da Comarca de Uruguaiana para a Comarca de Icaraíma;

III - Nova Santa Rosa e Alto Santa Fé - da Comarca de Toledo para a Comarca do Marechal Cândido Rondon;

IV - Guaiará - da Comarca de Paranaíba para a Comarca de Terra Rica;

~~V - ...Vetado...~~

V - Rondon da Comarca de Cidade Gaúcha para a Comarca de Paraíso do Norte;  
(Dispositivo promulgado pela Assembleia Legislativa e publicado em 15/03/2004 pela Lei 14351 de 10/03/2004)

VI - Nova Esperança do Sudoeste - da Comarca de Francisco Beltrão para a Comarca de Salto do Lontra;

~~VII - ...Vetado...~~

VII - Alvorada do Sul - da Comarca de Bela Vista do Paraíso para a Comarca de Primeiro de Maio;  
(Dispositivo promulgado pela Assembleia Legislativa e publicado em 15/03/2004 pela Lei 14351 de 10/03/2004)

~~VIII - ...Vetado...~~

VIII - Quintandinha - da Comarca de Rio Negro para a Comarca da Fazenda Rio Grande;  
(Dispositivo promulgado pela Assembleia Legislativa e publicado em 15/03/2004 pela Lei 14351 de 10/03/2004)

~~IX - ...Vetado...~~

IX - Diamante do Oeste - da Comarca de Marilândia para a Comarca de Santa Helena;  
(Dispositivo promulgado pela Assembleia Legislativa e publicado em 15/03/2004 pela Lei 14351 de 10/03/2004)

X - Marfínópolis - da Comarca de Barracão para a Comarca de Francisco Beltrão.  
(Incluído pela Lei 17111 de 17/04/2012)



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 319/12**

**Projeto de Lei nº. 319/12**  
**Autor: Tribunal de Justiça**

**Súmula:** Transfere o Município de Jataizinho da Comarca de Uraí, entrância inicial, para o Foro Regional de Ibiporã, para a Comarca de Região Metropolitana de Londrina, de entrância final, alterando a Lei Estadual n.º. 14.277 de 30/12/03 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, e adota outras providências.

**EMENTA:** TRANSFERE O MUNICÍPIO DE JATAIZINHO DA COMARCA DE URAÍ, ENTRÂNCIA INICIAL, PARA O FORO REGIONAL DE IBIPORÃ, PARA A COMARCA DE REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA, DE ENTRÂNCIA FINAL. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa transferir o Município de Jataizinho, juntamente com seu Distrito Judiciário de Frei Timóteo, da Comarca de Uraí, de entrância inicial, para o Foro Regional de Ibiporã, da Comarca da Região Metropolitana de Londrina,

**Concedido vista.**

Em 09 / 04 / 12  
Alexandre Luis  
CCJ



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

de entrância final, visando a melhor distribuição da estrutura organizacional do Poder Judiciário no Estado do Paraná, de forma a melhor atender a região ora contemplada.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para legislar privativamente sobre a sua competência, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d da nossa Carta Magna, senão vejamos:

**Art. 96. Compete privativamente:**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

I - aos tribunais:

a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva;;

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da alteração da organização e da divisão judiciária para a Assembléia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

**Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

No que se refere ao impacto financeiro, o Presidente do Tribunal de Justiça esclarece que não haverá impacto financeiro com a presente proposta, razão pela qual deixou de anexar a Declaração do Ordenador de Despesas.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 03 de Julho de 2012.

**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

**DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JR**  
**RELATOR**

**APROVADO**

*Unanimemente 19/07*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 319/12**

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 880/12 que objetiva transfere o Município de Jataizinho da Comarca de Uraí, entrância inicial, para o Foro Regional de Ibiporã, para a Comarca de Região Metropolitana de Londrina, de entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, e adota outras providências.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta deixa de apresentar a declaração de adequação orçamentária e financeira em razão da alteração mencionada não implicar em aumento de despesas. Portanto não há que se falar em desrespeito a Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Isto posto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 10/07/12

  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO  
RELATOR

  
Elio Rusch





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 09 JUL 2012

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 337/12.

- Possibilita a atribuição da Função Privativa-Policial – FPP aos policiais militares cedidos pelo Poder Executivo para o Gabinete Militar da Assembleia Legislativa.

**Art. 1º** A Função Privativa-Policial – FPP, de que trata a Lei nº 17.172, de 24 de maio de 2012, poderá ser atribuída aos Policiais Militares cedidos para atuação no Gabinete Militar da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

**Art. 2º** O valor da verba transitória atribuída e o número de funções privativas-policiais existentes na estrutura organizacional do Gabinete Militar da Assembleia Legislativa são fixados na forma dos Anexos I e II desta Lei.

**Art. 3º** A Função Privativa-Policial será atribuída aos Policiais Militares cedidos ao Poder Legislativo, mediante ato da Comissão Executiva.

**Art. 4º** As despesas decorrentes da atribuição da Função Privativa-Policial correrá por conta da dotação orçamentária do Poder Legislativo.

**Art. 5º** O regime jurídico da Função Privativa-Policial é o previsto na Lei Estadual nº 17.172, de 24 de maio de 2012.

**Parágrafo Único.** A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa poderá regulamentar os casos omissos, necessários à implementação desta Lei.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Sessões, em

VALDIR ROSSONI  
Deputado

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES  
Deputado

IRENI PEREIRA  
Deputado



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná DL

17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa



## ANEXO I

### QUADRO DEMONSTRATIVO DA FUNÇÃO PRIVATIVA-POLICIAL NO GABINETE MILITAR DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

SIMBOLOGIA	FUNÇÃO	VERBA TRANSITÓRIA
FPPA 1	CHEFE DO GABINETE MILITAR	3.500,00
FPPA 2	SUBCHEFE DO GABINETE MILITAR	3.000,00
FPPA 3	CHEFE DE DIVISÃO DO GABINETE MILITAR	2.750,00
FPPA 4	COORDENADOR DE SEGURANÇA DO GABINETE MILITAR	2.500,00
FPPA 5	SUBCOORDENADOR DE SEGURANÇA DO GABINETE MILITAR	1.750,00
FPPA 6	CHEFE DE SETOR DO GABINETE MILITAR	1.250,00
FPPA 7	AGENTES – OPERACIONAL E ADMINISTRATIVO	1.000,00

## ANEXO II

### QUANTIDADE DE FUNÇÕES PRIVATIVAS POLICIAL DO GABINETE MILITAR DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

SIMBOLOGIA	FUNÇÃO	ATRIBUIÇÃO	QUANTIDADE
FPPA 1	CHEFE DO GABINETE MILITAR	DIREÇÃO	01
FPPA 2	SUBCHEFE DO GABINETE MILITAR	ASSESSORAMENTO	01
FPPA 3	CHEFE DE DIVISÃO DO GABINETE MILITAR	GERÊNCIA	02
FPPA 4	COORDENADOR DE SEGURANÇA DO GABINETE MILITAR	EXECUÇÃO	04
FPPA 5	SUBCOORDENADOR DE SEGURANÇA DO GABINETE MILITAR	EXECUÇÃO	04
FPPA 6	CHEFE DE SETOR DO GABINETE MILITAR	EXECUÇÃO	05
FPPA 7	AGENTES - OPERACIONAL E ADMINISTRATIVO	EXECUÇÃO	09

*Assinatura*

*Assinatura*



# *Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*

17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa



## JUSTIFICATIVA

Com o advento da Lei nº 17169, de 24 de Maio de 2012, que dispôs sobre o subsídio pago aos militares do Estado a gratificação atribuída aos militares que estão a disposição do Gabinete Militar perdeu sua referência legal que seria o soldo do militar e, em face disso, é necessário que a presente proposição seja aprovada como forma de se adequar e regularizar a situação dos militares que compõem o Gabinete Militar da Assembleia Legislativa, amoldando-a ao que dispõe a Lei nº 17.172, de 24 de maio de 2012.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI 337/12**

**Projeto de Lei nº 337/12**  
**Autor: Comissão Executiva**

**Súmula:** Possibilita a atribuição da função privativo-policial – FPP aos policiais cedidos pelo Poder Executivo para o Gabinete Militar da Assembleia Legislativa.

**EMENTA:** ATRIBUIÇÃO DA FUNÇÃO PRIVATIVA-POLICIAL - FPP. POLICIAIS CEDIDOS PELO PODER EXECUTIVO PARA O GABINETE MILITAR. POSSIBILIDADE. INICIATIVA LEGISLATIVA AFERIDA. ARTS. 33, 117 E 121 RI ALEP. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei de autoria da Comissão Executiva, visa possibilitar a atribuição da função privativo-policial – FPP aos policiais cedidos pelo Poder Executivo para o Gabinete Militar da Assembleia Legislativa.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná determina em seu artigo 117 que proposição é toda matéria sujeita à deliberação desta Assembleia e consistem em projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos:

**Art. 117 Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às comissões competentes e publicada no Diário da Assembléia e em avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às comissões.**

**§ 1º As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.**

Ademais, verifica-se que o Projeto é o instrumento hábil para que seja dado seguimento a presente proposta, conforme aduz o artigo 121, §3º do Regimento Interno desta Casa de Leis:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Art. 121 A Assembléia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos. (Grifos Nossos).

§ 1º Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembleia com a sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado. (Grifo Nosso).

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Desta forma, constata-se que o Projeto de Lei é o instrumento hábil para a correta formalização das propostas.

Com relação à Lei Complementar Federal nº. 101/00 e à Lei Complementar Federal nº. 95/98, o projeto de lei não apresenta nenhum óbice.

**CONCLUSÃO**

Diante do acima exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de Julho de 2012.

**DEPUTADO GAILO QUINTANA**  
**PRESIDENTE**

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO**  
**RELATOR**

**APROVADO**

unânime 10/07/12

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



*ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ*  
*2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura*  
*Comissão de Finanças*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 337/12**

O Projeto de Lei em análise é oriundo da Comissão Executiva e possibilita a atribuição da Função Privativa-Policial – FPP aos policiais militares cedidos pelo Poder Executivo para o Gabinete Militar da Assembleia Legislativa.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Legislativo.

Ressalte-se ainda, que a proposta vem com o objetivo de adequar-se e regularizar a situação dos militares que compõe o Gabinete Militar da Assembleia Legislativa, conforme o que dispõe a Lei nº 17.172, de 24 de maio de 2012. (A referida Lei estabeleceu a Função Privativa Policial – FPP na estrutura organizacional da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Científica do Estado do Paraná).

Isto posto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

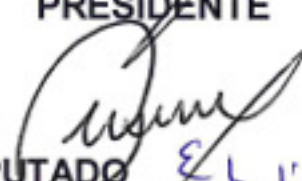




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

Sala das Comissões, 10/07/12

  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ELVIO RUSCH  
RELATOR

  
JOSÉ CARLOS DE FARIA



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa

DL

02

11

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 09 JUL 2012

1º Secretário

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/12.

- Revoga o dispositivo que especifica do Decreto Legislativo nº 001/2011.

Art. 1º Fica revogado o § 6º, do Art. 1º, do Decreto Legislativo nº 01, de 15 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Sessões, em

VALDIR ROSSONI  
Deputado

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES  
Deputado

RENIL PEREIRA  
Deputado



### JUSTIFICATIVA

Com o advento da Lei nº 17.169, de 24 de Maio de 2012, que dispôs sobre o subsídio pago aos militares do Estado à gratificação atribuída aos militares que estão a disposição do Gabinete Militar perdeu sua referência legal que seria o soldo do militar e, em face disso, é necessário que a presente proposição seja aprovada como forma de se adequar e regularizar a situação dos militares que compõem o Gabinete Militar da Assembleia Legislativa, amoldando-a ao que dispõe a Lei nº 17.172, de 24 de maio de 2012.

Assim, de forma concomitante com a presente proposição, estamos encaminhando projeto de lei disciplinado a matéria.

*Handwritten signature*



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 003/12**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 003/12**

**Autor: Comissão Executiva**

**Súmula:** Revoga o dispositivo que especifica do Decreto Legislativo nº 001/2011.

**EMENTA:** REVOGA O DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/11, QUE INSTITUIU O SUBSÍDIO PAGO AOS MILITARES QUE ESTÃO A DISPOSIÇÃO DO GABINETE MILITAR. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA LEGISLATIVA AFERIDA. ARTS. 33, 117 E 121 RI ALEP. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Decreto Legislativo, de iniciativa da Comissão Executiva, visa revogar o Decreto Legislativo nº 001/11, o qual versava sobre o subsídio pago aos militares do Estado a gratificação atribuída aos militares que estão a disposição do Gabinete Militar da Assembleia Legislativa do Paraná.

O subsídio perdeu sua referência legal que seria o soldo do militar.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná determina em seu artigo 117 que proposição é toda matéria sujeita à deliberação desta Assembleia e consiste em projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos:

**Art. 117** Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às comissões competentes e publicada no Diário da Assembléia e em avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às lideranças e às comissões.

§ 1º As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Ademais, verifica-se que o Decreto é o instrumento hábil para que seja dado seguimento à presente proposta, conforme aduz o artigo 121, §3º do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 121 A Assembléia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos. (Grifos Nossos).**

**§ 3º Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva da Assembléia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:**

- I - fixação, em cada Legislatura, da remuneração dos Deputados, para a subsequente;**
- II - fixação de remuneração do Governador e do Vice-Governador e Secretários de Estado;**
- III - solicitação de intervenção federal para garantir o livre exercício do Poder Legislativo;**
- IV - autorização para o Governador e Vice-Governador se afastarem do País ou do Estado, por mais de quinze dias;**
- V - aprovação ou suspensão de intervenção estadual nos Municípios;**
- VI - aprovação da indicação dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas;**
- VII - aprovação do nome do Procurador Geral da Justiça do Estado;**
- VIII - sustação de processo criminal contra Deputados;**
- IX - deliberação sobre solicitação do Tribunal de Contas a respeito de contrato inquinado de ilegalidade;**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

X - dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembléia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais.

Neste sentido, a observação do doutrinador José Afonso da Silva:

Nada se diz sobre o processo de formação dos decretos legislativos e das resoluções. Aqueles são atos destinados a regular matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional (art. 49) que tenham efeitos externos a ele; independem de sanção e de veto. As resoluções legislativas são também atos destinados a regular matéria de competência do Congresso e de suas Casas, mas com efeitos internos; assim os regimentos internos são aprovados por resoluções.<sup>1</sup>

Desta forma, constata-se que o Decreto Legislativo é o instrumento hábil para a correta formalização das propostas.

---

<sup>1</sup> DA SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo, Editora Malheiros. 27ª Ed. São Paulo. 2007. Pág. 525.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**CONCLUSÃO**

Diante do acima exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Decreto Legislativo, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de Julho de 2012.

DEPUTADO CAÍTO QUINTANA  
PRESIDENTE

DEPUTADA ADEMAR TRAIANO  
RELATOR

**APROVADO**

unânime 10/07/12





*ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ*  
*2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura*  
*Comissão de Finanças*

**PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/12**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria da Comissão Executiva que objetiva revogar o dispositivo que especifica do Decreto Legislativo nº 001/11 (dispõe sobre o subsídio pago aos militares do Estado a gratificação atribuída aos militares que estão a disposição do Gabinete Militar da Assembleia Legislativa).

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrado que possa obstar anormal tramitação processual legislativa.

Destaque-se ainda, conforme informação do próprio autor, o Projeto no que tange ao fato do subsídio perder sua referência legal que seria o soldo do militar, tornando-se de acordo com o que preceitua a Lei Estadual nº 17.172, de 24/05/2012.

Ainda observa-se que este tipo de matéria está de acordo com os preceitos regimentais.

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

Sala das Comissões, 10/07/12

  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ELIO RUSCH  
RELATOR

